

RETÓRICA AMBIENTAL: O DISCURSO DO MEIO AMBIENTE NA POLÍTICA

Gabriel Ferreira Carvalho

Estudante do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
da UEPG
gabrielcarven@gmail.com

Édina Schimansk

PhD em Educação - Professora do Programa de Pós-Graduação da UEPG.
edinaschi@uol.com.br

Resumo:

A proposta deste trabalho é oferecer uma contribuição à discussão sobre as relações do discurso político e meio ambiente, através da identificação da presença do tema na mídia. Parte-se da concepção do jornal como local onde atualmente se dá o debate público, a partir do pressuposto que os meios de comunicação agendam os assuntos discutidos pela sociedade. O objetivo é verificar como os temas ambientais aparecem e ganham visibilidade na mídia e no discurso político. As características da cobertura política realizada pelos grandes meios de comunicação possuem uma tendência em exprimir posições oficiais e uma visão parcial e superficial das questões ambientais. O estudo utilizou-se da metodologia da análise de conteúdo, para compreender como o debate político ambiental se revela na esfera pública.

Palavras-chave: Retórica ambiental; Debate público; Discurso político

Abstract:

The purpose of this paper is to provide a contribution to the discussion on the relations of discourse and political environment, by identifying the presence of the theme in the media. It starts with the design of the newspaper as a place where now is given the public debate, on the assumption that the media schedule the matters

discussed by society. The goal is to see how environmental issues appear and gain visibility in the media and political discourse. The characteristics of the political coverage carried by the mass media have a tendency to express official positions and a partial and superficial view of environmental issues. The study used the methodology of content analysis, to understand how environmental political debate unfolds in the public sphere.

INTRODUÇÃO

O discurso sobre temas ambientais tem ganho a cada dia maior destaque nos meios de comunicação, como afirma Fernandes (2001). Estes se configuram como um dos principais espaços de debate na sociedade contemporânea, por possuir variadas funções. Através dos jornais há a mediação entre o acontecimento e a sociedade, há uma potencialização do debate público, o agendamento do tema para discussões e debate das ideias. Os meios são tidos como os solidificadores das discussões ocorridas na esfera pública, devido ao inter-agendamento. (ARRUGUETE, 2005).

O discurso sobre economias sustentáveis, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, ou seja o meio ambiente, passou a ser mais amplamente publicizado e debatido a partir de 1992 (RAMOS Apud FERNANES, 2001), com a segunda conferência mundial das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente, a chamada Eco-92. Em virtude da intensificação da relação entre a esfera política e a midiática nos últimos anos os meios de comunicação ganham papel de destaque e um espaço mais amplo na sociedade, assim a análise de um tema, ou assunto, da forma como estão midiaticamente determinados, neste caso o meio ambiente, é justificável devido a importância que os meios de comunicação possuem no processo de agendamento dos temas a serem debatidos na sociedade.(MCCOMBS 2009; HABERMAS, 2006)

Em decorrência de fatores que determinam a produção midiática sobre temas de interesse público, aquilo que é reproduzido não consegue refletir a realidade (HABERMAS, 2006). A produção da mídia perpassa por rotinas produtivas, o que será destacado no texto, variáveis que são externas a redação e ao jornalista e impactam diretamente na forma de produção, como o mercado, a cultura e a

sociedade. Para tanto os meios selecionam o que será levado a público conforme alguns dos critérios de noticiabilidade, como expõe Wolf (2006).

Devido a importância que os meios de comunicação assumem na esfera pública ao influenciar, direcionar e algumas vezes determinar o ambiente de discussões sobre um assunto específico, esta pesquisa pretende buscar o que os meios de comunicação levam a público em relação ao meio ambiente. Como este tema irá ganhar destaque e de que forma o jornal conduz os textos relacionados ao meio ambiente? O meio ambiente ganha visibilidade e aparece no cenário político para debate ou apenas na voz do especialistas habilitado a falar sobre? Existe uma preocupação em debater plataformas de governo sobre o meio ambiente? A tentativa aqui é compreender como o debate ambiental se dá durante um período eleitoral, qual tema é considerado mais importante em relação ao meio ambiente no debate político e como este é estruturado, na página do jornal impresso.

Para tanto é realizado um trabalho de coleta de material referente a meio ambiente publicados no jornal de maior circulação no Brasil, a Folha de S.Paulo. Optou se pela coleta durante um dos períodos em que, presume-se, o tema ganha maior destaque na política, por ser um período eleitoral. Nesta eleição, em especial, o Partido Verde, que possui plataforma abertamente de defensor do meio ambiente ganhou ainda uma expressiva votação. O jornal pode ter contribuído com isto levando o meio ambiente ao debate político? A partir da análise das notícias veiculadas pode-se verificar como o tema ganhou visibilidade e se houve influência de agendas. O período de coleta de dados foi de julho de 2010 a outubro de 2010, compreendendo o período de campanha eleitoral.

Conquanto exista uma discussão terminológica de ambientalismo e ecologismo, aqui elas foram incorporadas dentro de um tema maior, a retórica do meio ambiente, que é o objeto de análise desta pesquisa. O estudo foca-se na referência ao meio ambiente, a questão ambiental em si, como apresentada a ser debatida na esfera pública midiática.

O trabalho que aqui se segue e será apresentado é, no entanto, o recorde de uma dissertação de mestrado, portanto o foco de acaba-se mais centrado em alguns pontos, deixando outros para discussões vindouras.

Surgimento do discurso ambiental

O discurso ambiental mais contemporâneo ganhou contornos sociais, algumas teses eram desenvolvidas e debatidas, como as do grupo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) de 1972, o *Limits to Growth*. Estas teses faziam parte da era chamada de os profetas do apocalipse, segundo a qual o mundo entraria em colapso. A crítica a estas teses é de que o não crescimento colocaria a indústria em recessão nos países mais desenvolvidos e iria frear o desenvolvimento nos demais países.

No cenário composto por movimentos sociais, o movimento ambientalista foi o que obteve maior destaque. Manuel Castells (1999) descreve que no último quarto de século este movimento se tornou o mais produtivo, ao levar em consideração os impactos na cultura e sociedade. Ele aponta que na década de 90, 80% da população norte-americana e mais de dois terços da europeia consideravam-se ambientalistas. Este fato interfere diretamente nos programas partidários, dificilmente candidatos e partidos conseguiriam se eleger sem contemplar o que Castells (1999, p.141) chama de “Verdejar” em suas plataformas de governo.

Discurso ambiental e plataformas políticas no Brasil

Cader e Vieira (2007) colocam que na década de 1930 deu início no Brasil um período de consolidação de investimentos públicos e privados em grandes obras de infra-estrutura. Os autores ponderam que neste momento era inexistente o conceito ou ao menos a ideia de desenvolvimento sustentável, porém, já havia uma vertente de política ambiental orientada à preservação. Cader e Vieira (2007) afirmam que há época já havia um movimento de políticos, jornalistas e cientistas que se organizavam para discutir políticas de proteção ao patrimônio natural. Segundo os autores esses grupos contribuíram para elaboração do primeiro Código Florestal Brasileiro, no ano de 1934, o qual foi posteriormente instituído pelo Decreto Lei 23793/1934.

Em 1937, o Código Florestal, tornou possível a criação de parques nacionais como o de Itatiaia, em 1939 foram criados respectivamente os Parque Nacionais de Iguaçu e da Serra. A preocupação ambiental através do plano político nacional só foi retomada na década de 1960, através da aprovação da Lei Nº 4.771 de 15/09/1965, que instituiu o novo Código Florestal Brasileiro. Neste novo código estavam previstas as Áreas de Preservação Permanente ou APPS, as quais deveriam permanecer intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais. Nele também fora instituída a Reserva Legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários

rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado em 1967, com objetivo de fomentar a política florestal brasileira e adotar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis.

Cader e Vieira (2007) escrevem que após a conferência de 1972 o país se viu diante de pressões externas e da sociedade que acusavam o governo brasileiro de defender o desenvolvimento a qualquer custo. Com isto criou-se um projeto ambiental nacional que pudesse contribuir para redução de impactos ambientais advindos do crescimento decorrente da política desenvolvimentista. Em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), para dividir funções com o IBDF.

Entre décadas de 1960 e 1970, foi intensificado o desmatamento de florestas, como cerca de quase 10% da amazônica em prol do desenvolvimento econômico, houve o aumento da utilização de automóveis, o surgimento de grandes cidades, com enorme potencial poluidor, como Cubatão. Deste período é que se data o início de movimentos com maior preocupação social e ambiental no Brasil.(SIRKIS, 1992)

Jacobi (2003) data a emergência do ambientalismo brasileiro na década de 1970, primeiro pelo fato da realização da conferência de Estocolmo, segundo por ser a década da anistia aos exilados políticos, que retornam ao país em 1979 trazendo novas ideias e concepções sobre o mundo, principalmente em relação ao sistema desenvolvimentista da política brasileira. Anterior a isto existiam iniciativas pontuais, em 1955 foi fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no Rio Grande do Sul, por um naturalista chamado Henrique Roessier.

A partir da década de 80 o ambientalismo no Brasil tenta implementar instrumentos legais de gestão ambiental, parte dos ambientalistas optam por ingressar na área da política institucional, enquanto as ONGs buscam uma maior profissionalização e aproximação com as causas sociais. Com a eleição de um candidato que defendia estritamente proposta ambiental acabou por possibilitar a formação na Assembleia Constituinte de 1988 a Frente Parlamentar Verde, o que resultou na legislação ambiental brasileira como uma das mais avançadas do mundo (até os dias atuais). (JACOBI 2003)

Data da mesma década a aproximação de ambientalistas com seringueiros da Amazônia e apoio de ONGs para criar reservas extrativistas, o qual ganhou maior notoriedade após assassinato do líder seringueiro Chico Mendes. As lutas encampadas por movimentos como dos seringueiros e a recorrência de catástrofes de cunho

ambiental tem mostrado a relação entre desigualdades ecológicas e sociais, neste esteio o ambientalismo ganha um novo direcionamento, onde lutas sociais e política se juntam á luta universal pela preservação global. (CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010).

Com a abertura política a partir de 1980 muito dos ativistas políticos exilados no exterior retornaram ao Brasil com tendências políticas influenciadas por movimentos ambientalistas mundiais. No Rio de Janeiro estabeleceram-se causas como a antinuclear por conta das usinas em Angra dos Reis, a época ficou conhecido como “Hiroshima Nunca Mais”. O movimento antinuclear no Brasil ganhou grande representatividade principalmente após o caso de Goiânia com a substancia Césio-137 no ano de 1987. O acidente foi classificado como em uma Escala Internacional de Acidentes Nucleares como de nível 5, a escala vai até o 7. O caso foi repercutido mundialmente, a região só pode ser revitalizada quase vinte anos após.

A posição do ecologismo no Brasil passou a encontrar barreiras nos partidos da década de 1980, segundo relato de Sirkis (1992) apenas alguns partidos, como PMDB, PDT e PT abriam espaço para a ecologia, mas na maior parte das vezes em período eleitoral, porém não consideravam as questões ambientais como prioridade ou sequer discutiam relações de métodos de desenvolvimento e produção. A discussão, segundo Sirkis (1992), não tinha muito espaço por conta da própria construção destes partidos, para eles o desemprego, a fome e a miséria eram a prioridade, sem que percebessem que estas questões estavam diretamente ligadas as questões ecológicas.

Em 1981 devido a internalização de uma nova visão em relação ao meio ambiente na política brasileira, deu-se a promulgação da lei Nº 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Também foram criados o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Neste esteio e espaço surgiu a ideia do Partido Verde, antes que pessoas mal intencionadas pudessem apropriar-se da sigla juridicamente, foi fundado em 1986 o Partido Verde. Em sua ata de fundação estabelecia as diferenças entre um Partido Verde e o que é a ecologia ou chamados “verdes” dos demais partidos políticos. Em uma coligação com o Partido dos Trabalhadores, Fernando Gabeira, concorreu a governador do estado do Rio de Janeiro em 1986, através da Sigla, ele chegou a 15% dos votos, resultado positivo para um Partido Verde recém fundado, tendo como base a ecologia.

A partir desta data alguns ditos ecologistas conseguiram participação na política nacional, Fábio Feldmann foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista e Carlos Minc eleito Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro pela coligação entre o PV e o PT (e mais tarde ministro do Meio Ambiente). Feldmann foi o responsável pela elaboração do capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Cader e Vieira (2007) pontuam que através da Constituição de 1988 as políticas ambientais evoluem e estados e municípios passam a ter competência para formularem suas próprias políticas, ao mesmo tempo em que determina ser direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo.

Carlos Minc conseguiu planejar ações em que contasse com a estrutura midiática para dar maior notoriedade a causa ambiental do país. No mesmo ano, 1988, em que a ecologia ganhava maior destaque, a imprensa mundial noticiava a morte de Chico Mendes.

Chico Mendes surgiu no cenário do desmatamento da Floresta Amazônica durante o regime desenvolvimentista militar. Os fazendeiros tinham incentivos fiscais para lá colonizar ou, promover o desenvolvimento da Amazônia. Com a devastação da floresta em busca de pastagens os seringueiros da região tiveram seu trabalho comprometido e, com isto, sua própria sobrevivência. Os trabalhadores dos seringais se viram obrigados a migrar para outra região, como a Bolívia, porém alguns permaneceram, foi o caso de Chico Mendes. Estes que ficaram no local iniciaram uma resistência através da organização dos seringueiros e familiares, de forma pacífica eles se colocavam entre os tratores e as árvores que iriam ser derrubadas.

Eles conseguiram, além de resistir, também propor transformações econômicas para o desenvolvimento da região amazônica, sem que com isto a floresta precisasse ser derrubada. A ideia na época era a economia extrativista de produtos da floresta, como o açaí, a borracha, a castanha do Pará e o babaçu, por exemplo. Assim o chamado Conselho Nacional dos Seringueiros estabeleceu alianças com índios da região e depois firmou a Aliança dos Povos da Floresta, que recebeu apoio de entidades ambientalistas ao redor do mundo. Com a morte de Chico Mendes a causa da proteção da Floresta Amazônica ganhou repercussão nacional e internacional. Chico Mendes havia sido candidato a deputado estadual pelo PT em 1986, no mesmo ano Marina Silva havia sido candidata a deputada federal, pelo PT.

Santos (Apud CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010) menciona que ao ser incorporado o discurso ambiental, a classe política mais esclarecida aproveitou-se para ganhar um novo campo de atuação e legitimação. O movimento dos seringueiros é responsável por iniciar um tracejo político inovador à época, através da proposta das reservas extrativistas como um fato social e real. CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010)

A eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República no ano de 1989, deslocou parte dos ecologistas brasileiros para o chamado lobby. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado em 1989, em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, órgão de hierarquia superior que passa a ter a missão de formular a Política de Meio Ambiente no Brasil e o IBAMA passa a ter uma atuação mais voltada para fiscalização. (CADER e VIEIRA, 2007). Sirkis (1992) escreve que Collor assimilou discursos ambientalistas a sua imagem, porém sem avanços em qualquer área relacionada ao Meio Ambiente, um pouco na questão indígena, pela ação de Sydney Possuelo. (SIRKIS, 1992)

Pouco antes da campanha eleitoral de 1994 que teve Fernando Collor de Melo como vencedor, o Partido dos Trabalhadores apresentou ao programa de governo do candidato Luiz Inácio Lula da Silva o que se tornou um dos capítulos do programa de governo do PT na época. Foi chamado de “As bases ecológicas para um projeto de desenvolvimento”, esta proposta de inclusão do capítulo no programa eleitoral do PT foi feita por um setor do partido conhecido por “Ecopetistas”.

No ano de 1993 o PT havia formalizado a Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA), em 1995 Marina Silva do PT do Acre foi eleita como secretaria nacional e o nome do órgão mudado para Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD), a mudança de nome se deu por conta da necessidade de diálogo de todos os segmentos do partido, para que as ações políticas e econômicas contemplassem também a dimensão ambiental, na tentativa da promoção do desenvolvimento sustentável. Em 1999 Gilney Viana assume a SMAD no lugar de Marina Silva.

Aspásia Camargo (2004) escreve que o Brasil conta com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, também uma das únicas do mundo a contar com capítulo especial na constituição federal. Desde que a Eco-92 aconteceu foram editadas no Brasil a Lei das Águas para o gerenciamento dos recursos hídricos, junto

a política nacional de recursos hídricos. Também foi editada a Lei de crimes ambientais, o Estatuto das Cidades e outros importantes dispositivos legais para a área de Meio Ambiente, porém ainda não se converteram em melhorias sócio ambientais ao país. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB os recursos da união destinados ao Ministério do Meio Ambiente sofreram diminuição gradual. Em 1995 era de 0,51% chegando no ano de 2000 a representar apenas 0,13%. A falta de recursos, porém, não é o único problema para maior atuação socioambiental no país, existem problemas estruturais que agravam ainda mais os problemas socioambientais no Brasil.(CAMARGO, 2004)

A prática política está impregnada de significados que são construídos por valores e símbolos da sociedade sobre a qual se quer intervir e, no caso do ecologismo, categorias e significados universais, resultado da “dimensão global” do ambientalismo.(CAMARGO, 2004). Cader e Vieira (2007) informam que no Brasil, a biodiversidade é responsável por aproximadamente 50% do PIB.

A construção histórica das leis de proteção ao meio ambiente, a criação de órgãos fiscalizatórios, no entanto, mostra não surtir o efeito necessário para que estas práticas ambientais tornem-se vigentes na ação política. A exemplo do Código Florestal, como visto aqui, datado de 1934 e ainda hoje, 2012, não esta consolidado (ainda há discussão em torno da votação das medidas provisórias impostas pela presidenta Dilma Rousseff, e que foram aprovadas com alterações no Senado).

Nos períodos em que ocorrem as conferências globais sobre meio ambiente da ONU o fluxo de material referente ao meio ambiente é visivelmente aumentado. Os jornais pautam diariamente o assunto tratando, então, especificidades relacionadas ao meio ambiente. Durante a Eco-92, por se tratar de uma “novidade” os jornais brasileiros se limitaram a cobertura factual sobre a conferência em si (FERNANDES, 2001), sem visões múltiplas da questão ambiental, nesta ultima, a Rio+20, a quantidade de material informativo foi ainda maior, sendo possível a busca tanto pela cobertura do evento como informações sobre causas defendidas por diferentes grupos, principalmente em decorrência da cobertura midiática da Cúpula dos Povos. Os próprios jornais evidenciaram a retórica ambiental através de suas manchetes, onde ressalta-se a falta de resultado da conferência

O discurso ambiental nos meios de comunicação

Da década de 1970 surge a vulgarização de conceitos ligados a noções e a questão ambiental, isto se deve ao fato da evolução dos meios de comunicação de massa, que trazem a prática discursiva ecológica mais próxima ao público. Antes disto o discurso se mantinha apenas nos locais oficiais, que na época eram a ciência e o governo. Assim a relação de dependência entre ser humano e natureza passa a ter significação como uma relação de causa-efeito, por conta do papel democratizante da divulgação dos discursos, realizada pela mídia. O espaço público representado pela mídia cria vozes diversas e também dá espaço a novos sujeitos do discurso ecológico, assim legitima entidades ambientalistas, agências ambientais, governos, entidades privadas, cientistas e tecnólogos. Todos estes novos sujeitos irão re-significar o discurso ecológico com horizonte voltado a realidade política e econômica. (COUTINHO Apud BONFIGLIOLI 2004)

Uma outra especificidade importante a se destacar sobre o discurso ambiental é que ele é produzido a partir do discurso capitalista/liberal, local das relações políticas e econômicas e da institucionalização da questão ambiental. Assim ele aparece com sentido da possibilidade do “gerenciamento ambiental”, dentro da prática tecnológica e administrativa na prática política.

O poder da informação se encontra basicamente resumido ao poder da linguagem jornalística e, esse poder, se encerra expresso e aplicado na forma como são construídos os discursos jornalísticos. O poder da mídia estaria, então, em fornecer temas que compõem o debate dos cidadãos, mostrar o que a sociedade deve, ou não, discutir. Além disto, deve, também, apresentá-las como se a definição tivesse acontecido baseado em critérios de noticiabilidade¹ e que teria "a verdade" como princípio. (NETO, 2006)

Charaudeau (2006), vai mapear algumas questões que problematizam o papel do discurso das mídias jornalísticas na formação da opinião pública. Pelos quais perpassam a (des)construção do que é informar, estratégias de encenação da informação, gêneros do discurso de informação e o debate sobre a capacidade de manipulação ou não das mídias sobre a opinião pública. Ainda para Charaudeau (2006) o discurso se volta a outro fim além das regras normativas de uso da língua.

¹ Segundo Mauro Wolf (2006) Critérios de noticiabilidade são o conjunto de requisitos que se exigem dos fatos para adquirirem a existência pública das notícias. Caso o acontecimento não se encaixe nos critérios de noticiabilidade ele não é publicado como notícia. Existem mais de 20 critérios de noticiabilidade como, por exemplo, celebridade, fator geográfico, interesse humano, importância e outros.

Segundo ele o discurso provém da combinação de circunstâncias. O que se fala e o que se escreve com o modo pelo qual se fala. O autor divide ainda 3 tipos de lógica que orientam as produções midiáticas. A Lógica Econômica que trata do jornal enquanto empresa, a Lógica Tecnológica responsável pela qualidade de transmissão das mensagens e a Lógica Simbólica que é onde vai se construir as estratégias discursivas. Para ele a análise do discurso político deve observar a dialética entre o conceito político - representado por ideais societários defendidos e que fundamentam essa discursividade, produzidos no âmbito da intelectualidade - e a prática política - as ações efetivas que ocorrem nas instâncias da governança, adversária, cidadã e midiática. Esta última abrange as estratégias político-discursivas de persuasão e convencimento, que visam, ora a conquistar, ora a manter, ora a derrubar um tipo de poder.

Charadeau (2006) afirma que o universo da informação midiática é, portanto, efetivamente um universo construído. Não se configura a partir de reflexos do espaço público, como se afirma, mas no resultado de uma construção. A transmissão dos fatos nunca é realizada em sua totalidade, ou no modo como ocorre. Pois, anteriormente ao processo de transmissão ela sofre racionalizações, através dos critérios de noticiabilidade atribuídos pelos atores produtores. O momento midiático impõe ao cidadão a visão de mundo que foi previamente articulada e apresentada como se fosse, esta, a visão natural do mundo.

Habermas (1989) coloca que a produção jornalística deve perpassar pelo discurso ético, através da argumentação e do agir comunicativo, sendo os jornais, ou a mídia um modelo atual de esfera pública. Assim, para esta pesquisa acredita-se que o jornal, como local de fala, é por excelência o espaço onde as argumentações e a mediação de fato acontecem.

Os processos comunicativos da esfera pública relacionam os problemas cotidianos do ser humano comum ao mundo sistêmico, a centros de decisão política e tornam visíveis aos cidadãos as decisões tomadas no mundo sistêmico, as quais alteram seu cotidiano. Habermas (1997) coloca que a comunicação entre cidadãos, em especial aquela intermediada por aparatos tecnológicos, adquire importância central na constituição do espaço público.

A esfera pública é dotada do caráter de uma arena discursiva, aberta à participação, livre, ao reconhecimento do outro como igual, *locus* de interpretação e negociação comparativa, esta esfera é tida como um fórum onde debates de questões

sociais relevantes são trazidos a luz por indivíduos e pela coletividade. Ai se da o espaço onde sujeitos expressam pontos de vista e perspectivas consideradas justas na tentativa de convergir ideias a validação de seus propósitos. Dada a fluidez e dispersão do fluxo comunicativo a esfera pública tente a absorção daqueles que são mais tematizados. (HABERMAS, 1997)

A informação através dos meios de comunicação cresce com o isolamento proporcionado pelas sociedades urbanas industrializadas e assumem “a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público”. (PENA, 2005, p.29) Os cidadãos necessitam recorrer ao jornalismo para apreender uma realidade muito ampla, que foge ao alcance dos sentidos. Tal caráter de mediador entre os diversos tipos de públicos confere ao jornalismo certos poderes, capazes de definir e recriar permanentemente um sentido de realidade.

A mediação dos meios de comunicação é que leva estes temas à esfera pública, onde serão debatidas. A existência de inúmeros fatos a serem pautados faz com que alguns ganhem maior destaque, de acordo com a percepção do jornalista, editor e critério de noticiabilidade. Ao publicar determinada notícia o jornalista irá tematizar os assuntos debatidos pelo cidadão, formar opinião em relação ao mesmo. (MCCOMBS, 1997)

O meio ambiente irá ser por consequência um tema a ser debatido na esfera pública. Assim como os meios de comunicação conseguem consagrar valores consensuais em sua audiência, eles também colaboram para a transformação de comportamentos, de valores e de normas a longo prazo.

Os veículos de comunicação de massa, como o jornal impresso, possuem uma enorme importância nas democracias modernas, sendo comprovada através de pesquisas que apontam o poder dos mesmos em pautar assuntos a serem discutidos na esfera pública (McCOMBS, 1997). O modo com que a mídia trata os temas influencia o modo como o público recebe e processa. Assim, do mesmo modo que os meios de comunicação trazem determinado assunto ao debate público e destacam um ponto de vista sobre o mesmo, a mídia também deixa de tratar sobre outros temas de relevância social, ou os deixam em um local de menor visibilidade, assim acaba obscurecendo estes temas. (NEOLLE-NEUMAN, 1995)

As informações e os temas destacados ou obscurecidos pela mídia de massa servem para que pessoas agreguem conhecimento e formem opiniões a respeito, faz com que os meios de comunicação de massa contribua com a construção social da

realidade. (BERGER e LUCKMANN, 1985). A pesquisa, aqui, leva em consideração como a mídia pode e ajuda na construção social da realidade a partir do momento que coloca informações relevantes para o cotidiano dos cidadãos, ou as restringe.

Metodologia, dados e considerações

O método da análise de conteúdo pode ser utilizado em pesquisas tanto quantitativas como qualitativas, por mesclar ambos e ser considerado uma técnica híbrida (BAUER, 2002). Nas pesquisas de comunicação política a análise de conteúdo é de ampla utilidade, ao permitir a análise da quantidade de aparições, quer dizer, a frequência com que os temas, pessoas, situações irão se mostrar nos meios de comunicação, com isto há a possibilidade de comparar o conteúdo midiático com dados referenciais (HERSCOVITZ, 2007), como programas de governo dos candidatos ao pleito de 2010.

Desse modo, seguindo o que propôs Bardin (1977), ao longo do processo de investigação deve-se atentar a: descrição analítica, uma espécie de tratamento da informação contida nas mensagens e análise categorial, que pode ser definida como um tipo de análise que pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento. Carvalho e Toni (2009), expõem que tal análise pode ser vista como uma das mais importantes técnica de pesquisa empírica na área da ciência social, especialmente em assuntos ligados ao jornalismo e à Comunicação.

Neste tópico inserem-se as tabelas iniciando pela apresentação das frequências simples localizadas a partir da análise do jornal. No total de 189 matérias coletadas no período de quatro meses de análise em 32 dias não houveram nenhuma entrada relacionada a temática ambiental em nenhum dos cadernos consultados. Contudo essas entradas aparecem nas tabelas sem validade para a análise final, sinalizadas com o número “0” (zero) indicando a ausência dos mesmos. Isto pode ser verificado logo em seguida na tabela 1, e posteriormente nas demais que aqui forem descritas e utilizadas na demonstração dos dados, as primeiras tabelas indicam a frequência das entradas referentes ao meio ambiente, como se pode notar na tabela 1, onde estão divididas pelo caderno onde foram publicadas, sendo verificada a aparição em oito diferentes locais, ou cadernos, que indicam o modo como o tema é debatido.

Tabela 1 - Total de entradas por caderno. (Continua)

		Frequências	Porcentagem	Porcentagem válida
Válidos	Ciência	49	25,9	31,2
	Cotidiano	9	4,8	5,7
	Eleições 2010	21	11,1	13,4
	Mercado	20	10,6	12,7
	Mundo	7	3,7	4,5
	Opinião	21	11,1	13,4
	Poder	28	14,8	17,8
	Primeira Página	2	1,1	1,3
	Total	15	83,1	100,0
Ausente	0	32	16,9	
Total		18	100,	
		9	0	

Determinar o local de fala é importante, pois através dele pode-se perceber o discurso dirigido, que dizer, neste caso foi observado que o tema meio ambiente ganha maior espaço de debate no caderno Ciência (25,9%), demonstrando como o tema ainda é tido pelo jornal como algo físico, inerente ao meio natural sendo ele despolitizado ao ser ali tratado. Foi neste caderno que se pôde conferir o maior número de entradas tratando o Código Florestal brasileiro, a maior parte delas se concentrando no mês de julho, quando a campanha eleitoral encontrava-se seminal.

A descaracterização do debate político sobre o tema é perceptível a exemplo de matérias publicadas nos dias 6 e 7 de julho, respectivamente: "Pressionado, relator tira poder de estados para reduzir florestas" e "Comissão flexibiliza Código Florestal". O assunto em si restringe-se ao título das duas matérias, sendo no primeiro caso um relato superficial sobre as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), terem sido retiradas da tutela dos estados por de Aldo Rabelo (PCdoB), autor e relator do texto do Código, sem nenhuma menção ao que significaria esta ação, ou o que pode representar, porém na sequência a matéria indica que quanto mais o relator conversa com ambientalistas, mais o texto do Código retrocede, sendo a fonte do jornal o deputado da bancada ruralista Valdir Colato (PMDB-SC).

A opção editorial da Folha traz o que Muhlhausler (2006) chama de "descolamento interdiscursivo", ou seja, transfere-se um conteúdo do debate político para o científico, distanciando-o da população, tornando- descaracterizado daquilo

que em sua essência o é. Pode-se afirmar também que há o esvaziamento da Esfera Pública e uma fragilização da política como arena de negociação coletiva (HABERMAS, 2003), apenas cientistas teriam legitimidade para o debate, fato que conseqüentemente provoca o distanciamento da “sociedade civil” dos temas eminentemente sociais e humanos.

Na matéria do dia 7 há o relato de uma sessão onde 13 deputados aprovaram a lei que modificaria a forma com que se daria a proteção florestal, nesta há a citação direta de Rabelo onde afirma que a votação é um avanço para a proteção do meio ambiente, mas sem apontar um diálogo opositor, ou minimamente uma explicação do porque seria importante. Neste caso a matéria se enquadra no que Benton e Frazier (1976) chamam de níveis de conhecimento, entre o Superficial onde a informação está apenas no título da área temática e o segundo nível onde há o conhecimento de certa área mais articulado e apresenta aspectos do problema, mas no entanto os aspectos se resumem a breves relatos.

O interessante aqui é atentarmos a outros dois cadernos desta tabela, o caderno Eleições que por excelência é o local destinado ao discurso político eleitoral, aparece com 11,1% do total de entradas sobre meio ambiente e o caderno Poder com 14,8%, este último é o local onde aparecem algumas articulações políticas. Ao somarmos as entradas dos dois temos o mesmo número referente ao caderno de Ciências, quer dizer, o tema também aparece na mesma proporção no debate político, além do físico e natural. Ele também ganha destaque similar nos cadernos de Mercado, onde o meio ambiente recebe contornos quase que estritamente econômicos e no caderno Opinião, onde pessoas gabaritadas, a falar sobre, dão sua visão sobre o assunto e quase sempre articulado ao debate político.

O que é discutido nestes cadernos irá ser dividido em três temas principais, Economia, quando as informações contidas na matéria possuem caráter majoritariamente mercadológico, tratando do meio ambiente sobre o ponto de vista da econômico, agronegócio, comércio; Política quando o material informa dados sobre as eleições, e atos da administração pública, relacionando à assuntos do âmbito político institucional; O terceiro tema geral é categorizado como Natureza, quando o meio ambiente aparece na forma de informações majoritariamente do campo físico, biológico e natural, como visto na tabela 2.

Tabela 2 - Frequência simples do Tema Geral. (Continua)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Válidos	Economia	47	24,9	29,9
	Política	59	31,2	37,6
	Natureza	51	27,0	32,5
	Total	157	83,1	100,0
Ausente	0	32	16,9	
Total		189	100,0	

A partir da leitura dos dados expostos na tabela acima observa-se que o tema geral Política foi o de maior destaque com 37,6% do total de entradas válidas em relação ao meio ambiente. A soma das entradas dos cadernos Opinião, Poder e Eleições (o tema política foi coletado apenas nestes três cadernos) podem ser sentidas a partir desta superação em números, aqui verificada, em relação ao publicado referente ao meio natural.

O número de entradas com o tema política cresceu exponencialmente no segundo turno das eleições, o que explica a frequência majoritária demonstrada na tabela. Das 189 entradas coletadas nos quatro meses apenas 157 são válidas e, destas, 59 possuem uma abordagem majoritariamente voltada ao debate político, no entanto 30 do total de entradas relacionando o debate político e o meio ambiente aparecem a partir de 1 de outubro, ou seja, mais da metade do total de entradas sobre política e meio ambiente estão no segundo turno das eleições, um reflexo mais do que claro do expressivo número de votos conquistados pelo Partido Verde durante o primeiro turno, levando o tema para a arena pública no segundo turno atrás de uma imagem que pudesse caracterizar José Serra e Dilma Rousseff, como defensores e debatedores da causa ambiental, mesmo que o foco da campanha do PV tenha sido a educação e não o meio ambiente.

Isto indica que durante os três meses anteriores apenas 29 entradas foram registradas no debate político. Algo de dez por mês, indicando que a ascensão do Partido Verde fez com que o tema ganhasse mais espaço na esfera pública no debate político, se os votos foram por esta causa ou não esta fora do alcance deste estudo, porém o Partido Verde tencionou o debate ambiental, ao menos no segundo turno.

Tabela 3 - cruzamento de dados entre o enquadramento e o índice de visibilidade.

	Índice de Visibilidade	Total

		Visibilidade Baixa	Visibilidade Média	Visibilidade Alta	
Enquadramento	Corrida de Cavalos	0	2	3	5
	Temático	3	8	7	18
	Personalista	2	2	2	6
	Episódico	2	6	21	29
Total		7	18	33	58

Notadamente o enquadramento temático, que é aquele onde há um maior aprofundamento do tema, aparece em número equiparável entre os espaços de maior visibilidade, mais da metade esta entre o índice médio e alto de visibilidade, mostrando que o jornal tende a mostrar o assunto ao leitor e levar o debate ambiental até o leitor, fomentando o debate público. O discurso ambiental irá ganhar voz, mas de um modo ainda vazio, quer dizer, o título de uma matéria publicada no dia 13 de agosto afirma: “Marina diz que o mundo esta próximo de um armagedon ambiental”. A fala de Marina Silva aconteceu durante debate onde apenas ela e Plinio Arruda compareceram. O discurso ambiental aparece apenas no título da notícia, todo o corpo de informação se destina apenas a narrar o que aconteceu no debate em questão, de forma absolutamente superficial. O jornal afirma que o armageddon ambiental a que Marina Silva se referiu é uma parte da Bíblia. Quer dizer, houve uma tentativa de tensionar o debate público para questões ambientais, já que o tema em questão estava focado no desenvolvimento do país. Conforme posto na plataforma do PV para o desenvolvimento sustentável, já que toda a política econômica do partido vem acrescentada da sustentabilidade para o desenvolvimento, no entanto na forma como esta posto tratasse apenas de um discurso legalmente constituído, quer dizer ele acaba sendo representado por escritura da ciência ecológica e o texto jurídico que define metas na ordem política e econômica mundial, trazendo em si o fundamento da sustentabilidade como unidade planetária. Conforme a plataforma de governo em questão a sustentabilidade permeia qualquer ação a ser tomada no campo político e econômico.

O meio ambiente aparece neste discurso como se fosse um regime disciplinar de algo que e impõe uma visão planetária como meta comunitária, obrigatória e institucionalizada, talvez pela ONU, na figura do PNUMA, uma vez que, sob a alegação de que há o risco de barbárie - catástrofes ambientais capazes de desestabilizar o sistema econômico e financeiro hegemônico - a noção da

sustentabilidade impõe-se como solução lógica e “óbvia”, o armageddon ambiental se insere nesta lógica, o que seria tal armageddon a que Marina se referiu senão a óbvia discursiva sobre o meio ambiente.

Ainda mais interessante é matéria do dia 6 de outubro: “Não sou ambientalista de ‘última hora’, afirma Serra”, nesta matéria o candidato do PSDB profere o seguinte: “As minhas posições são muito conhecidas e eu as explico de maneira muito clara, não fico mudando toda hora segundo a conveniência eleitoral [...] Eu sou ambientalista convicto não apenas na teoria, mas na prática”. Esta reportagem é um dos melhores exemplos da retórica ambiental presente no discurso político, o que é o ambientalista na prática para José Serra, vem, na verdade, na sequência, na mesma matéria o candidato do PSDB menciona que sua posição frente a Usina de Belo Monte é igual a de Marina Silva, colocando a candidata do PV como a figura defensora do meio ambiente por excelência, ao referir-se a ela como exemplo de ambientalista na prática. Na plataforma de governo registrada pelo candidato, no entanto, a retórica se mostra igual a apresentada por ele mesmo ao debate na esfera pública, completamente vazia de conteúdo.

Tanto na plataforma de governo quanto em seu discurso, nesta matéria, há apenas um conjunto de falas não estruturadas, onde não há argumentação que sustente a posição discursiva. Ao olhar o discurso de Serra no jornal podemos equiparar a um trecho de sua plataforma sobre meio ambiente onde diz: “A maioria dos brasileiros quer um meio ambiente saudável, cada vez mais limpo, onde o ar que respiramos e a beleza de nossas terras e florestas sejam protegidos. Eu também quero.”(p.11). Há a personificação da retórica esta nesta frase da plataforma, Pois afirmar “A maioria dos brasileiros...”, significa afirmar que logicamente existe uma minoria de brasileiros que não quer nada disto.

Nesta mesma matéria há um subtítulo “Discurso Ambiental”, o conteúdo presente neste informa que Serra afirma ter afinidades com o PV e mencionou a aprovação da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, a qual foi criada em sua gestão como governador e elaborada com apoio de Fabio Feldman, candidato do PV. Isto demonstra que a comunicação política desenvolvida, nessas situações eleitorais, não tem a intenção de informar e de comunicar-se com os atores sociais, mas sim no máximo de persuadi-los, para tanto a utilização do leque de propostas, onde defende-se tudo.

A disputa eleitoral aparece como uma disputa de marketing político e o discurso do meio ambiente é um componente publicitário, muito mais do que um argumento, notadamente há no discurso apenas uma tentativa de comparar-se ao PV e com isto supostamente ser um defensor do meio ambiente. Em cada momento os sujeitos assumem um papel dependendo do contexto a que são inseridos.

Tudo isto nos mostra um contrassenso, pois se olharmos a tabela 3, índice de visibilidade, podemos ver que o jornal tem dado espaço para o debate na esfera pública, porém não há uma ação argumentativa presente neste espaço. Pois, as propostas políticas e a plataforma ambiental não estão na pauta do debate, mas apenas assuntos relacionados ao factual. Como assumimos aqui que a mídia escolhe aquilo que vai publicar, através de critérios noticiosos pré-estabelecidos, pode-se afirmar que não foi apresentada uma complexidade e riqueza que poderia tornar o debate sobre o meio ambiente mais próximo do coletivo, tanto pelas escolhas midiáticas do que e como noticiar, como pela falta de interesse do próprio discurso atrelado a campanha política, que se propõe há um leque de propostas, ataques, e qualquer outra coisa que não a argumentação discursiva em si.

A partir destes e de outros dados preliminares pode-se verificar a ausência das plataformas no debate político. A exemplo o Código Florestal, o qual consta na plataforma política do PT e do PV, poderia ser uma oportunidade para a agenda midiática pautar o assunto, com base na plataforma dos partidos, levar o assunto ao debate político, algo que não aconteceu, nem com este assunto nem qualquer outro.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BAUER, M.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CADER, R.; VIEIRA, Liszt. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Teoria e Debate, n. 69, p. 19-20, 2007.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92**. São

Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CARVALHO, Clarissa Oresotti Guimarães; TONI, Fabio. Análise da cobertura da grande imprensa sobre o desmatamento da Amazônia. In: ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ribeiro de (Org.). **Mídia e meio ambiente: estudos e ensaios** São Paulo: Hucitec, 2009, p.225-255

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, Manuel. O Verdejar do Ser: o movimento ambientalista In: **O Poder da Identidade - Economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CUNHA, I.H.O.; FERREIRA, A.D.D.; SCHIMANSKI, E. Movimento Ambientalista e lutas sociais. IN: **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. Danuta E. Cantoia Luiz, (Org). São Paulo: Veras Editora, 2010.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**, 2001. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf>>. Acessado em: 2 de abril de 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

MCCOMBS, M. **Building Consensus: The news media's agenda-setting roles**. University of Texas at Austin. Political Communication, 14:433-443, 1997.

_____. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MCCORNICK, John. **A história do movimento ambientalista**. tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1999.

MHÜLHAÜSLER, Peter. **Environmental Discourses**. Annu. Rev. Anthropol, 2006. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123203>. Acesso em: Março 2011.

NOËLLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio**. Opinión Pública: nuestra piel social. Barcelona, 1995.

SIRKIS, Alfredo. Apêndice: Enquanto isso, na terra do pau-brasil ... IN: MCCORNICK, John. **A história do movimento ambientalista**. tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro : Relume-Dumara, 1999.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9a ed. Lisboa: Presença, 2006.